UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

2º período letivo de 2026

Disciplina:
HZ211 Extensão em Humanidades I **Docente responsável: Frederico Almeida (DCP/IFCH)**

Ementa:
Introdução à prática de extensão em Humanidades. Serão apresentadas as diretrizes gerais das atividades de extensão no Instituto, assim como exemplos de projetos e atividades já realizadas ou em desenvolvimento. Estudantes serão incentivados e orientados a proporem atividades de extensão e a se vincularem a projetos de extensão já existentes. Neste semestre, os estudantes serão incentivados a se engajar nas atividades de suporte à implementação do Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social na Política sobre Drogas da Universidade Estadual de Campinas – CAIS GUANABARA, projeto contemplado neste ano no Edital Conjunto CAPES/SENAD n. 5/2025 para Programas de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação – CAIS Acadêmicos. Os Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social na Política sobre Drogas (CAIS) são dispositivos de base comunitária voltados à promoção do acesso a direitos, integrando rede coordenada pela SENAD/MJSP e destinada a pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas. A Rede CAIS opera com base na lógica do cuidado e da mitigação de riscos, por meio de escuta qualificada das pessoas atendidas, levantamento de necessidades, apoio integral à cidadania, intervenções breves, aconselhamento preventivo e encaminhamentos para as redes de saúde, proteção social, acesso à justiça e demais políticas públicas. Os CAIS não substituem os serviços existentes, mas atuam na articulação e facilitação do acesso a esses serviços, contribuindo para a inclusão social e a superação de barreiras no atendimento a pessoas que usam álcool e outras drogas. O projeto CAIS GUANABARA da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) propõe a implementação de um Núcleo CAIS Acadêmico voltado à integração entre ensino, pesquisa aplicada e extensão no campo das políticas públicas sobre drogas. O objetivo geral é fomentar a formação de pessoal altamente qualificado e a produção de conhecimento com aplicação prática, oferecendo atendimento interdisciplinar a pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas (SPA). A proposta fundamenta-se nos princípios da atenção integral, mitigação de riscos, promoção de acesso a direitos e inclusão social. As atividades principais serão desenvolvidas por três Grupos de Trabalho, que organizarão as frentes de atuação intersetorial e de atendimento multiprofissional: 1. Grupo de Orientação em Saúde e Redução de Danos: focado em escuta qualificada, testagem de substâncias, encaminhamentos ambulatoriais e ações de redução de danos decorrentes do uso de SPA. Integrando ensino, pesquisa e extensão atuará também apoiando a articulação de ações de prevenção do uso e redução de danos junto a públicos estratégicos. 2. Grupo de Orientação Jurídica e Acesso a Direitos: responsável por oferecer orientação jurídica individual e coletiva sobre serviços públicos e questões cíveis, criminais e previdenciárias associadas a situações de vulnerabilidade social ou restrição de direitos em decorrência do uso de SPA. Atuará também na revisão criminal e nos pedidos de liberdade de pessoas presas por porte de cannabis, conforme decisão do STF no RE 635.659, na educação em direitos humanos e na atuação como amicus curiae em ações relativas aos direitos de pessoas afetadas pelo uso e pela proibição de SPA. 3. Grupo de Formação e Pesquisa para a Política de Drogas: dedicado à gestão da informação, produção de evidências científicas e qualificação de discentes de graduação e pós-graduação para produção acadêmica e atuação na rede intersetorial. Atuará também no intercâmbio de conhecimento com centros de pesquisa e serviços públicos atuantes na política sobre drogas, em espaços de formação compartilhados por discentes, docentes e profissionais daqueles serviços. Os resultados esperados compreendem o fortalecimento da Rede CAIS na cidade de Campinas por meio de um dispositivo de base comunitária que facilite o acesso das populações vulnerabilizadas às políticas de saúde, assistência social e justiça. No âmbito acadêmico, espera-se a geração de evidências

empíricas para subsidiar políticas públicas baseadas em evidências, formação de profissionais sensibilizados e capacitados no tema, além da consolidação de parcerias estratégicas com órgãos como a Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Prefeitura Municipal de Campinas e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Por fim, o projeto visa reduzir o estigma e as barreiras estruturais de informação e atendimento, promovendo a cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos usuários atendidos.

Programa:

Para desenvolver as atividades de suporte à implementação do CAIS GUANABARA, a disciplina será organizada em torno de momentos intercalados de leituras dirigidas, atividades de pesquisa e inserções de práticas em campo que forneçam subsídios ao planejamento dos grupos de trabalho, seus fluxos de atendimento e trabalho e suas articulações internas e com serviços externos e com o público-alvo. Essas atividades terão por foco central a organização do Grupo de Orientação Jurídica e Acesso a Direitos do CAIS GUANABARA, mas deverão contemplar sua inserção no projeto global, e serão organizadas em quatro unidades, cada uma delas abarcando diferentes temas:

UNIDADE I – POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- História e políticas nacionais de extensão universitária
- Diretrizes, políticas e projetos de extensão na Unicamp e no IFCH

UNIDADE II – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ACESSO A DIREITOS

- Cidadania, desigualdades e acesso a direitos
- Assessorias jurídicas populares, clínicas de direitos humanos e escritórios de assistência judiciária
- Litigância estratégica em direitos humanos

UNIDADE III – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E REDUÇÃO DE DANOS

- Sociologia histórica das drogas e suas políticas de controle
- Políticas de drogas, criminalização e saúde pública
- História, políticas e práticas de redução de danos no Brasil
- Projetos e práticas de redução de danos na Unicamp e na cidade de Campinas

UNIDADE IV – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SAÚDE COLETIVA

- Sistema Único de Saúde, universidade pública e saúde coletiva no Brasil
- Drogas, saúde mental e saúde coletiva
- Ensino médico, saúde coletiva e acesso a direitos

Bibliografia (provisória):

BARRETTO, R. S. et al. Sciences on the Route: an analysis of the “research, teaching and extension” trinomial. Interações, v. 25, n. 1, e2514202, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/inter.v25i1.4202

BELLO, E.; FERREIRA, L. P. Clínicas de direitos humanos no Brasil: um estudo sobre seu processo de implementação e funcionamento na prática e no ensino jurídico. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, v. 10,

n. 2, 2018. DOI: https://doi-org.ez88.periodicos.capes.gov.br/10.4013/rechtd.2018.102.07

DASSOLER, F. E. et al. Indicadores da terceira missão universitária: perspectivas para mensurar as contribuições das universidades para a sociedade. Educação em Revista, n. 39, e36619, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-469836619

FONTELENE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. Revista Katálysis, v. 27, e97067, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067

KETZER, P. et al. Por uma extensão universitária latino-americana e feminista. Revista Estudos Feministas, v. 32, n. 3, e93392, 2024. DOI: 10.1590/1806-9584-2024v32n393392

LUCAS, A. C. et al. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da faculdade de ciências aplicadas da UNICAMP. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 28, e88038, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v28.88038

LUZ, V. C. Assessoria Jurídica Popular no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005

NICÁCIO, C. S. et al. (coord.) Clínicas de Direitos Humanos e o Ensino Jurídico no Brasil: da crítica à prática que renova. Belo Horizonte, UFMG: 2015

SANTOS, T. As Clínicas de Direitos Humanos como Ferramenta para a Prática do Ensino Humanístico do Direito. Revista de Pesquisa e Educação Jurídica, v. 2, n. 2, 2016. DOI: https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9636/2016.v2i2.1316

SUZUKI, L. S. A. Justiça e direitos humanos: as experiências das assessorias jurídicas populares no Brasil. XXXII Congreso da la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima, 2019

ROTONDANO, R. O.. A educação jurídica popular em publicações acadêmicas no Brasil (1990-2022). *Rev. Educ. Polít. Debate* [online]. 2024, vol.13, n.1 [citado 2026-07-03], a2024-68680. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-83462024000100207&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 2238-8346. https://doi.org/10.14393/repod-v13n1a2024-68680

Observações: